

A REINVENÇÃO DO SERTÃO DO CEARÁ

POR UMA FORTALEZA NOVA

Harley Abrantes Moreira¹

RESUMO

Neste artigo, o leitor encontrará uma análise dos escritos de três autores que, no início do século XX, escreviam sobre três temas: o cangaço, a sedição de Juazeiro e o fenômeno religioso ocorrido neste mesmo povoado. Estes três escritores, Lourenço Filho, Gustavo Barroso e Rodolfo Teófilo, ao se dirigirem ao sertão cearense construíam, mediante às estratégias discursivas de uma elite política e intelectual, um espaço sertanejo que passava a representar o contraponto de uma Fortaleza cada vez mais moderna, dividindo o Ceará em dois campos opostos: o litoral e o sertão.

Palavras chave:

Sertão – espaço – discurso – sentido.

ABSTRACT

In this article, the reader will find an analysis about what three authors wrote, in the beginning of the century XX, they wrote about three themes: Cangaço, rebellion of Juazeiro and the religious phenomenon that happened in the same village. This three writers, Lourenço Filho, Gustavo Barroso and Rodolfo Teófilo, when they wrote about backwoods of Ceará, they had, as strategy about politics and intellectual society, in the inlander moment that represents a fortress most modern parting Ceará in two different sides: the coast and the backwoods.

Key- words:

Backwoods – moment – speech – meaning.

No Brasil do século XXI é comum a divisão do território e da cultura nacional em litoral (ou cidade) e sertão. Isso acontece nas telenovelas, nos discursos políticos partidários, nos seriados televisivos e em músicas

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará e aluno do Mestrado em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa Cultura, Poder e Representações Espaciais, com financiamento da CAPES.

(sertanejas?) reprodutoras de chavões que tentam explicar o sertão, o qual aparece sob o signo de certa naturalidade, sempre oposta a das cidades. Gilmar Arruda inicia seu livro “Cidades e Sertões” destacando uma reportagem de determinado jornal paulista, sobre as eleições municipais de 1996, que dizia: “No vale tudo eleitoral, candidatos transformam São Paulo em Sertão”(ARUDA, 2000, p.13). Nesta matéria, a tônica seria as denúncias de práticas políticas na periferia de São Paulo (cidade concebida como a mais moderna do país) que seriam comuns aos sertões das regiões Nordeste e Norte, apresentadas como atrasadas, em uma contraposição que dividiria a nação colocando de um lado as cidades e de outro os sertões.

Vários foram os sertões nascidos no Brasil. O sertão do qual trataremos se refere ao do estado do Ceará, que, no início do século XX, era palco de inúmeras experiências humanas, históricas e culturais, todavia conquista notoriedade na capital do estado devido: às agitadas disputas políticas expressas na sedição de Juazeiro; aos conturbados episódios sociais atribuídos à presença dos cangaceiros e a uma inusitada explosão religiosa que, no distante povoado Juazeirense, centralizava-se na pessoa de Padre Cícero Romão, em torno da qual se multiplicava um exército de devotos.

Nesse período, fortes idéias e formas de representar a região sertaneja eram construídas na capital Fortaleza, a qual vivia o impacto da modernidade e da modernização e, através de suas elites letradas, se esforçava para elaborar uma auto-imagem civilizada e urbana, contraposta à que estes mesmos grupos produziam acerca de Juazeiro, seu reverso controverso.

Compreender os discursos elaborados por essa elite fortalezense (ou de pessoas a ela ligadas) acerca do sertão do estado, leva a pensar que era construído, na capital, um imaginário urbano para as localidades interiores do Ceará, por isso, um dos problemas teóricos centrais para a reflexão deste artigo é o da produção dos espaços que, para nós, não são dados da natureza, mas elaborações ideológicas humanas, construídas a partir dos jogos de poder, das estratégias discursivas dos micro-poderes nas manifestações culturais de sujeitos históricos.

Em apoio a dada maneira de pensar a produção do espaço, faço-me valer do livro de Edward Said, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Neste trabalho, o autor também trata do espaço geográfico como

uma produção humana, o que fica bastante claro quando o mesmo diz ter começado “com a suposição de que o Oriente não é um fato inerte da natureza, não está meramente *lá*, assim como o Ocidente não está apenas *lá*... os lugares, regiões e setores geográficos tais como “Oriente” e “Ocidente” são feitos pelo homem” (SAID, 1990).

Trataremos da questão da produção do espaço sertanejo do Ceará por um discurso litorâneo fortalezense do início do século XX, através da análise de três autores ligados no tempo e no espaço por um campo discursivo dentro do qual se irmanavam, são eles: Lourenço Filho, Rodolfo Teófilo e Gustavo Barroso.

Tal qual uma prosa, apenas possível quando os dois ou mais sujeitos envolvidos descobrem um interesse ou um assunto comum a todos, deixo claro que espaço e poder representam nosso assunto central, estas são as duas categorias que justificam nossa relação. É por elas que lhe convido a prosseguir nas próximas páginas lendo sobre a produção do espaço sertanejo mediante aos discursos que partiam de Fortaleza, no início do século XX, cidade que, naquele momento, atravessava um vigoroso crescimento, acompanhado pelo conjunto de mudanças imbricadas no processo de urbanização, disciplinarização, higienização e cosmopolitismo que marcavam o período conhecido como Belle Époque.

Em Fortaleza, esse período se inicia em 1860 e se estende até 1930, segundo Sebastião Rogério Ponte e é no terceiro terço deste recorte temporal que me coloco para pensar o sertão nesta capital, mais precisamente, as idéias ao seu respeito, construídas por um grupo letrado, ligado aos saberes científicos modernos. Tal construção se apresentava através de enunciados que se entrelaçavam compondo o discurso que “defendia” uma cidade moderna erguendo-se em contraposição a um sertão que se construía neste discurso, personificando “o outro” indesejado que, diante do ideário de civilização proposto à Fortaleza, confirmava a urbes do progresso, da “beleza burguesa”, da modernidade e da civilização.

Espaços opostos. Assim, uma determinada elaboração discursiva construía Fortaleza e o seu reverso: o sertão do Ceará. Um manancial de questões envolvendo as categorias espaço e poder podem fecundar nossa “conversa” a partir de então. Qual a constituição desse discurso letrado e

urbano a despeito do sertão? Em quais teias discursivas se emarahavam seus autores? Que tipo de relações existiam entre o saber intelectual e as estruturas políticas e sociais que construíam o espaço da Fortaleza moderna do início do XX? Como se produziam os “efeitos de verdade”² no interior de discursos que não eram em si nem verdadeiros nem falsos? De que maneira algumas palavras como alienados, bárbaros ou ignorantes fizeram parte dos “efeitos de poder próprios do jogo enunciativo”³? Como os espaços sertanejo e urbano se constituíam com estes discursos?

Questões como essas funcionam como inquietações propulsoras deste artigo que começa com um panorama da Fortaleza moderna que se erguia ao compasso da Belle Époque no início do século XX, ao tratar da cidade proponho o entendimento do momento de entusiasmo cosmopolita atravessado pela elite letrada que escrevia sobre o sertão do Ceará. Logo após, apresento a perspectiva de alienação e misticismo aplicada à religiosidade sertaneja por Lourenço Filho e por Gustavo Barroso. Em seguida, especialmente a partir dos escritos de Rodolfo Teófilo acerca da Sedição de Juazeiro, trabalho a construção de um sertão “anárquico”, dentro do qual a presença do Estado não fazia sentido. Finalmente, o terceiro assunto merecedor das preocupações de uma cultura política e intelectual que escrevia sobre o sertão a partir dos pressupostos da civilização do litoral: o cangaço.

Três temas e três autores que, somados a outros textos divulgados pela imprensa, compunham um campo discursivo, dentro do qual o sertão era construído como um espaço a partir dos pressupostos de uma nova Fortaleza.

A CIDADE E O LUGAR DO DISCURSO

A Fortaleza do início do século XX acompanhava o curso seguido pelas principais cidades brasileiras, atravessando uma série de reformas urbanas e sociais que as alinhavam aos padrões de progresso e civilização vividos pelos grandes centros europeus, em especial a França. À esta época, a cidade sofrera vários tipos de intervenção dentro de um denso movimento

² Acerca deste conceito, ver Foucault em *Microfísica do Poder*, p.7.

³ Acerca deste conceito, ver Foucault em *Microfísica do Poder*, p. 6.

remodelador que gerava efeitos de poder disciplinar no seu meio físico e social em um momento, final do século XIX, no qual a urbes alencarina tornava-se a sétima cidade brasileira em população.

Diversos foram os tipos de intervenção sofridos pela cidade que se modernizava e se apropriava de novos hábitos, muitas vezes ditados por uma medicina social que se constituía como uma das grandes referências de saber científico no período, atuando na denúncia de práticas que passavam a ser compreendidas como arcaicas. Era o caso do hábito de beber água não fervida, o que combinara muito mais com uma Fortaleza já antiga, a mesma que não saneava a água e que não possuía: rede subterrânea de esgotos; inspeção higiênica das casas, armazéns, bordéis, hotéis, escolas, hospitais, fábricas e portos; internamento de loucos em hospícios e de mendigos em asilos; isolamento de doentes infecciosos; campanhas pelo aleitamento materno e vacinação obrigatória.

Todas essas intervenções passaram a fazer parte do cotidiano da população de Fortaleza neste período, assim como a construção do “Patrocínio dos Menores Pobres”, das “Escolas para Menores Pobres”, do “Dispensário Infantil”, do “Patronato de Maria Auxiliadora para Moças Pobres” e do “Asilo Bom Pastor”, obras que tinham por finalidade disciplinar a pobreza que insistia em manchar a beleza da Fortaleza moderna.

De maneira geral, o conjunto de transformações pelas quais passava a cidade na Belle Époque, foi dividido pelo historiador Sebastião Rogério Ponte em três: a remodelação urbana, a higienização pública e a disciplinarização social (PONTE, 1999. P.19). A base dessas mudanças era o anseio por uma ordem urbana civilizada a qual bem se aplicava a idéia de “controle-dominância” de Michel Foucault. Ou seja, todas essas transformações ocorridas em Fortaleza, que iam desde a remodelação urbana até às reformas educacionais, passando pelo exercício de uma nova moda e de um novo modo de se divertir, de curar doenças e de prevení-las, faziam parte de “uma formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma emergência” (Foucault, 1981, p.244).

Os autores que constituem a maioria de nossas fontes, escrevem a partir dessa Fortaleza Moderna e, ao discorrerem sobre o cangaço, sobre o fenômeno religioso de Juazeiro e sobre a Sedição de Juazeiro, alinhados que

estavam aos saberes modeladores da nova cidade, constroem um sertão marcado pela ignorância, pelo atraso, pela barbárie, pelo misticismo e pela falta de governo. Gustavo Barroso, Lourenço Filho e Rodolfo Teófilo representavam campos de conhecimento distintos, todavia eram todos homens de ciência e de letras, pertencentes portanto ao campo discursivo que remodelava Fortaleza e que, no caso muito especial destes autores, a remodelavam a partir do que escreviam acerca não apenas da capital, mas daquele espaço que passara a construir-se como uma imagem retorcida e bizarra daquilo que a cidade litorânea precisava evitar: o sertão do Estado. A propósito dos agentes modeladores de Fortaleza, escreve Ponte que:

Assim como em outros grandes centros urbanos do país, os principais agentes desse centro remodelador da capital alencarina foram os grupos sociais ligados ao setor comercial, fortalecidos pelo então crescimento dos negócios de importação e exportação; e o contingente de profissionais liberais, constituídos por médicos, bacharéis, engenheiros e demais doutores, egressos das academias de ensino superior fundadas, à época, no Brasil.

Essas elites intelectuais, importa sublinhar, desempenharam papel fundamental na construção de uma nova ordem urbana. Assinaladas pela racionalidade cientificista em voga na Europa, formaram instituições de saber, compartilharam dos mesmos anseios civilizatórios das classes dominantes, e colaboraram estreitamente com o Estado ao conferir a competência técnica de que o Poder então carecia. Ao mesmo tempo que galgavam prestígio científico e político, os grupos de letrados pretenderam instaurar novos conhecimentos e representações sobre a cidade, fazendo circular um campo de diversificadas verdades e medidas voltadas para o ajustamento da população às novas regras de vida e trabalho urbanos (PONTE, 1999,P.13).

NA FÉ SERTANEJA: O ATRASADO SERTÃO MÍSTICO DE LOURENÇO FILHO

Um dos autores considerados essenciais para estabelecer o campo discursivo que, no início do século XX, reinventará um sertão cearense a partir

de novos signos é o já pré-anunciado Manuel Bergstron Lourenço Filho, autor do livro *Juazeiro de Padre Cícero*, publicado em 1926⁴.

Lourenço Filho se tornou um nome nacionalmente conhecido por representar figura de fundamental importância para a “Escola Nova”, movimento educacional que tinha por objetivo atribuir um sentido moderno para a educação brasileira, visando à reconstrução da sociedade através do ensino. Nosso personagem pertencia ao mesmo campo discursivo de intelectuais que, no início do século XX, se dedicavam à idéia de criar um Brasil novo, moderno, em superação ao “Brasil velho”⁵.

Em 1918, pronuncia, em Piracicaba-SP, após o término do último ano da Escola Normal Secundária da capital Paulista, com 20 anos de idade e às vésperas de iniciar seus estudos de Psiquiatria na Faculdade de São Paulo, a conferência *O que é nacionalismo*, em ato promovido pela Liga Nacionalista de São Paulo. Naquele momento, Lourenço Filho trabalhava na redação do Jornal do Comércio, onde conheceu diversos intelectuais como Monteiro Lobato e participou da campanha da Liga Nacionalista fundada em 1917. A conferência citada fazia parte da cerimônia de inauguração do núcleo nacionalista em Piracicaba.

Em 1922, por convite de Justiniano de Serpa, então presidente do Ceará, e por indicação do Estado de São Paulo, é comissionado diretor geral da instrução pública do Ceará, com objetivo de reorganizar o ensino no estado. Mora em Fortaleza por dois anos e organiza uma das principais experiências promovidas pelo movimento da nova escola.

A partir de 1924, ao retornar para Piracicaba onde reassume sua cadeira na Escola Normal, passa a desenvolver atividades de pesquisa em Psicologia.

Juazeiro do Padre Cícero é publicado em Setembro de 1926 e premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1927. Neste período, além de desenvolver grandes atividades no magistério particular, Lourenço Filho faz reabrir o laboratório de Psicologia e traduz o livro *Psicologia experimental*, de Henri Piéron.

⁴ Para as citações deste artigo, foi usada a quarta edição do livro, publicada em 2002.

⁵ Sobre isso, ver o trabalho de Carlos Monarcha e Ruy Lourenço Filho, **Por Lourenço Filho: Uma biobibliografia**. Brasília, Inep/Mec, 2001

A clara divisão do território em dois mundos distintos, o sertão e as modernas cidades, começa a ser percebida quando o autor, que escreve o livro como fruto de sua permanência em Juazeiro por dois anos no início da década de vinte, descreve sua visão acerca do afastamento entre a civilização do litoral e os povos sertanejos. A impressão do viajante quando entra nos interiores do Nordeste é de que a vida desanda, recua no tempo.

A luz elétrica torna-se gás acetileno; depois, lampião belga; em seguida, candeeiro; mais tarde, candeia de óleo de mamona [...] Os muros se tornam sucessivamente cercas de arame, divisões de varas pacientemente trançadas, valados singelos, desaparecendo por fim, de todo, para deixar em comum valados e serras. É o “mundo velho sem tranqueira” [...] Aí, o sistema tributário chega ao imposto do dízimo in natura; a medicina, ao “chá de pinto”; a linguagem sustenta formas quinhentistas e denominações tapuias das raças primitivas. Raro nessas alturas, o estrangeiro é chamado ainda, colonialmente, de “marinheiro”; a capital assinala com o nome de origem, o “Forte”. O diabo é o “cão” ou o “capiroto”; [...]Mil reminiscências, que marcam, pela constância, como que estranha parada no tempo (LOURENÇO FILHO, 2002, p.33).

Este atraso se manifestaria no aspecto das vilas e cidades, no povo, nas habitações, no transporte, nas manifestações sociais e políticas, nos modos de falar e vestir e, é claro, na religião, tema principal do livro. A seu respeito, algumas palavras e expressões são reveladoras de um modo urbano de enxergar a religiosidade sertaneja que, na ótica de grupos consumidores de um dado saber científico, ligava-se mesmo à doença psíquica, à alienação e ao atraso, o qual resistia em descompasso à idéia de nação pensada por políticos, intelectuais, pedagogos e cientistas da época. “A variedade da simbolização mal resume os graus da estreita mentalidade dos seus autores, submetida à mesma superstição grosseira, ao mesmo fanatismo cego e doentio, que aí ressurgem numa dolorosa expressão de atraso.” (LOURENÇO FILHO. 2002, p. 33)

Aqueles sertanejos, por serem capazes de crer que uma hóstia na boca de determinada beata tornara-se sangue e que santo era o padre através do qual tal milagre se fizera, eram tidos por seres de “estreita mentalidade”, sujeitos de um mundo mental antiquado, pois, nele, não se fizera presente a ciência, a razão e a modernidade. Com estes valores rabiscava-se o desenho

de uma fisionomia para o ser urbano de Fortaleza no início do século XX. Naquelas circunstâncias, o habitante da capital era visto por Lourenço Filho como sujeito afinado com a modernização e integrado ao ideal de nação, o oposto do devoto sertanejo, o qual pertencia a comunidades primitivas que congelavam o sertão no tempo, impedindo-o de acompanhar a pretensa homogeneidade nacional.

Sobre a capital do Ceará, a impressão deixada no psicólogo e educador paulista compõe o antagonismo que no período se colocava entre a cidade e o sertão cearense. Fortaleza é descrita como formosa e viva, acompanhando a “estonteante modernidade das civilizações do litoral”

A capital cearense é hoje uma cidade moderna, comparável por muitos aspectos a qualquer das melhores do País, desde o excelente traçado das ruas e bulevares até a viação urbana, as casas de educação e assistência, os templos, os teatros, os jornais, os jardins, a vida social e política(Lourenço Filho, 2002, p.27).

Contrastando com a moderna Fortaleza, que parecia desenvolver-se no compasso da idéia de nação, o autor se depara com a distante Juazeiro, a qual parecia descansar em tempos primitivos e caducos, não apenas pela enorme distância do litoral ou pela ocorrência das secas que na virada do século XIX para o XX passam à utilização de elites nacionais que as remodelam em forma de um discurso que inventa o Nordeste como região vítima de seu flagelo, em Lourenço Filho, a responsável pelo atraso do sertão nordestino parecia ser, de fato, a religião. A respeito da então pequena cidade sertaneja e de seus habitantes, assim se refere o autor:

[...] um estranho aglomerado humano: o Juazeiro, do padre Cícero. Como que todo o atraso dos sertões aí se condensou, para condicionar maior retrocesso e estabelecer condições propícias de desajustamentos, em que repontam mentalidades atrasadas__por séculos. Havemos de fixar algumas das impressões dessa famosa Meca sertaneja – arraial e feira, antro e oficina, centro de orações e hospício enorme[...] (Lourenço Filho, 2002, p.29).

“Religiosidade de loucos”, “cidade de fanáticos” e “grande hospício”. Dentro do universo de um homem de ciência dos anos vinte - pedagogo ligado

ao movimento que agitava a educação brasileira propondo um ensino mais moderno, democrático e científico, psicólogo identificado com as escolas norte-americanas influenciadas pelo princípio da determinação biológica, sujeito que, poucos anos antes de escrever o livro participava da Liga Nacionalista de São Paulo - a fé, tal qual experimentada pelos devotos de Juazeiro, era sintoma de doença psíquica e desafinava com a nação saudável, moderna e bem educada que precisava, naquele instante, romper com o passado.

É importante destacar que esta concepção sobre a religião do sertão cearense parte de um educador, uma vez que, no momento em que escreve, a escola assume papel fundamental na formação de uma unidade de espírito nacional. Segundo Maria Circe Bitencourt, a sociedade em questão era amplamente heterogênea e, no pensamento de seus idealizadores, deveria assimilar a memória nacional através do ensino da História nas escolas com o objetivo de construir a “nova nação moderna”, assemelhada às grandes capitais européias.

Ainda seguindo as idéias dessa autora, os diversos discursos relativos ao projeto educacional de homogeneização cultural fundamentaram-se na questão nacional. Era em nome da nação ou da constituição de uma “nova nação”, que educadores e autoridades políticas realizaram um projeto educacional,⁶ portanto, a teia envolvendo o discurso de Lourenço Filho é ampla e nos leva a imaginar que a força motriz deste professor para falar de um “fanatismo doentio” expresso pela religiosidade sertaneja, era, na verdade, o ideal de nação em voga nos meios políticos, científicos e educacionais.

A unidade nacional só seria alcançada, portanto, quando corpos estranhos ao ideal de nação moderna fossem combatidos pelo Estado, convencidos pela educação ou curados pela ciência. “Conforme o tempo e o meio, a variedade da educação e as sugestões do ambiente, lançar-se-á ele [o habitante do sertão] por completo na religião, na magia, nas ciências ocultas, na doutrinação política. Certas idéias delirantes são o eixo de toda a sua dinâmica mental.” (LOURENÇO FILHO.1926, p46.). Dessa forma, era a

⁶ Acerca da utilização da escola como lugar estratégico para a formação de uma identidade nacional, ver BITENCOURT, Maria Circe. **Pátria, Civilização, Trabalho**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ausência da educação no sertão que, somada às características daquele lugar, explicava a opção do sertanejo por aquele tipo de religião.

Em outras passagens de seu texto, é possível perceber, no entanto, que a educação não era a única carência da massa religiosa de Juazeiro. Somado a este problema educacional encontrava-se a ausência da própria ciência, única capaz de diagnosticar a realidade daquela região que, para o Lourenço Filho estudante de Psicologia, não passava de um enorme hospício a abrigar grande número de paranóicos. “O ardor fanático do paranóico é uma explosão audaz, violenta, individual, dum mentalidade retrógrada e anti-social”(Lourenço Filho, 2002, p.46).

Paranóia e misticismo, portanto, faziam parte de uma mesma realidade diagnóstica dentro da qual a religiosidade popular era tida, imediatamente, por loucura ou doença mental. Assim, termos recorrentes na obra de Lourenço Filho como “inferioridade de consciência”, “(a)normalidade”, “malucos”, “alucinados”, “paranóicos”, “místicos” e “atraso” sinalizam a existência de um núcleo discursivo o qual, em conjunto com os meios intelectuais, políticos e científicos, formavam um campo discursivo que parecia entender por religião: misticismo. Por misticismo: paranóia e loucura, palavras que não eram apenas “palavras”, mas que formavam um discurso que expressava uma cosmovisão científica a respeito da realidade sertaneja.

Em última análise, para os saberes científicos, a presença no sertão do “misticismo”, da “anormalidade”, da “paranóia”, das “alucinações” e da “inferioridade de consciência” eram os responsáveis pelo atraso e pela falta de integração nacional. Estes termos cercavam os grupos mais elitizados de Fortaleza com uma ordem que alinhava as mentes urbanas dentro de um sentido moderno. No discurso composto pelo encadeamento destas palavras, Fortaleza encontrava esta ordem, sob a qual pairava a cobertura da ciência, destacando-se os saberes médicos, psiquiátricos e o da jovem psicologia (anormalidade, malucos, alucinados, paranóicos), assim como as referências das ciências humanas (atraso, místicos) que abarcavam os letrados alencarinóis.

NA FÉ SERTANEJA: O ATRASADO SERTÃO MÍSTICO DE GUSTAVO BARROSO

Outro importante autor, pertencente ao campo discursivo que estamos investigando por construir determinado sertão em Fortaleza, foi Gustavo Barroso. Advogado, professor, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista, o fortalezense Gustavo Barroso é autor de uma vasta obra e, até 1932, ano em que publica o último dos livros que nos servirão de fontes, Barroso já havia trabalhado como redator no Jornal do Ceará e no Jornal do Comércio, como diretor da Revista Fon-Fon, secretário da Superintendência da Defesa da Borracha, no Rio de Janeiro, secretário do Interior e da Justiça do Ceará, deputado federal pelo Ceará, secretário da Delegação Brasileira à Conferência da Paz de Venezuela e inspetor escolar do Distrito Federal, tornou-se diretor do Museu Histórico Nacional e secretário geral da Junta de Jurisconsultos Americanos.

O interesse de nosso autor pelo sertão se dava na medida em que lá estaria a tradição e o folclore nacional em detrimento do cosmopolitismo das capitais e do litoral. Barroso, também preocupado com a nação, desejava, através do folclore, encontrar a brasilidade do país e, a tarefa de envolvê-lo na rede discursiva que inventava um sertão no litoral, exige uma apresentação geral das obras que nos interessam, contextualizando-as dentro de alguns aspectos que ligam o pensamento de Gustavo Barroso aos de Lourenço Filho e Rodolfo Teófilo e que, somados aos escritos de algumas personalidades e a textos da imprensa, demonstram a existência do campo discursivo que temos apontado.

Entre 1912 e 1932, Gustavo Barroso publica seus “estudos de folclore” e de “sociologia sertaneja” e, a propósito desse tipo de classificação, era comum aos escritores da época divulgarem seus títulos enquadrando-os em áreas de conhecimento como estas, Barroso faz isso no livro *Luz e pó* (1932). A obra deste cearense foi imensa, abrangendo títulos de História, memória, sociologia e folclore. Um dos livros que nos será mais caro para a análise de nossas primeiras impressões sobre seu discurso acerca do sertão é *Terra de sol: natureza e costumes do Norte* (1912), o qual é estruturado a partir de cinco

capítulos: O meio, Os animais, O homem, A arte e A lenda. Nosso primeiro indício de aproximação entre o discurso deste autor e o de Lourenço Filho se dá no momento em que o capítulo “O homem” recebe uma divisão tipológica dentro da qual a população sertaneja se dividiria em Typos anormáes (cangaceiros e curandeiros) e Typos normáes (sertanejos, fazendeiros e vaqueiros).

O livro *Terra de Sol*, segundo Afonsina Maria Augusto Moreira, foi escrito na intenção de servir como uma espécie de guia de estudos, referência a partir da qual nosso personagem se basearia para desenvolver subtemas e escrever futuras publicações, uma delas foi *Heróis e bandidos* (1917). Nela, Barroso aprofunda seus estudos sobre um dos tipos classificados de anormais: o cangaceiro e, nas duas partes em que a divide, estuda as causas deste fenômeno que chamara de banditismo, propondo soluções para extingui-lo juntamente com os tipos de cangaceiros apontando, dentro de cada um deles, os motivos que os teriam levado à vida errante do sertão. As discussões deste livro são retomadas em *Almas de lama e aço: Lampeão e outros cangaceiros* (1930). Neste último, pode-se observar ainda o acréscimo do tema da religiosidade popular.

Sobre os “curandeiros e rezadores”, outro tipo sertanejo que formava com o cangaceiro os “typos anormáes” descritos em *Terra de sol* (1912), Barroso diz que eram muito comuns no sertão, intitulando de credices a fé que circulava nas rezas praticadas por esses sertanejos. Ao se referir às pessoas que acreditavam nessas rezas o autor chega a demonstrar sentimentos de pena: “Pobre gente que espera a salvação de um gesto de embrutecido mestiço, que se diz sabedor dos segredos dos milagres e afirma o que não pode adivinhar” (BARROSO, 1912 p.87-88).

Apesar do tom subestimado no que diz respeito à fé sertaneja, é importante marcar que o discurso de Gustavo Barroso não era anti-religioso, muito menos filiado ao ateísmo moderno, pelo contrário, ligava-se á igreja, entretanto era em nome da tradição e da ortodoxia católica que o mesmo se expressava:

A moral religiosa foi abafada pelas mais absurdas credices e abusões que corromperam o culto, pela ignorância que conduz

os espíritos a todos os fanatismos e fa-los descambar para os mais grosseiros fetichismos ou deixa-os a meio caminho dessa decadência, no período da crença em fantasmas e genios [...] No cariry, houve padres que benzeram os cacetes dos capangas antes das brigas. O padre Macario, vigário de Santa Maria, na Parayba, era chefe de cangaceiros. [...] Muito bandoleiro mergulha o punhal na água benta das pias. Os “romeiros” trazem nos chapéus penca de medalhas entre as quais uma que tem, no verso, a imagem de Nossa Senhora, no reverso a figura de Padre Cícero (Barroso, 1917, p.87-88).

Assim como o relato de que até mesmo um padre, no sertão, poderia ser chefe de cangaceiros, as histórias de misticismo e alienação, somadas a impressão passada de que religião e violência não eram campos opostos chegando mesmo a se misturarem, trazia ao cidadão da capital a imagem de um sertão moralmente confuso o qual não discernia entre o certo e o errado uma vez não alcançado pelas luzes da modernidade. Alinhada, por sua vez, à civilização moderna, a Igreja Católica na capital Fortaleza seguia a direção da romanização em voga, em prol de uma igreja mais centralizada, mais “racional” e mais distante da espontaneidade religiosa das massas populares.

É, portanto, diante das intrigas religiosas que à época cercavam a cidade de Juazeiro, colocando em polos opostos o catolicismo popular da região e a Igreja Católica Romana, que Gustavo Barroso, importante peça de uma cultura política e intelectual que se configurava no litoral dando corpo a um determinado discurso sobre o sertão, apesar de se perceber como um ser de “alma sertaneja”, se posiciona claramente ao lado da religião metropolitana e do discurso oficial da igreja. A propósito, estas discussões que aqueciam o interior da igreja na época são esclarecidas pelo historiador Régis López da seguinte maneira:

O Padre Cícero dos devotos está em desacordo com a igreja oficial porque o leigo não poderia nem podia possuir o poder de definir os lugares do sagrado. A imagem “popular” do Padre Cícero nasceu num período em que a política de romanização caminhava com toda energia, uma época de desconfiança em relação aos problemas do “fanatismo” e à falta de “educação religiosa”. [...] A preocupação do clero romanizado não estava somente em fiscalizar o conteúdo dos ensinamentos ou crenças. Um ponto de fundamental importância era definir quem poderia transmitir esses conteúdos, quem teria competência para guiar os rebanhos de Deus e definir o que é ou não é pecado, o que pode ou não pertencer à igreja, o que vale ou

não vale. De acordo com a política romana, somente os membros da hierarquia clerical poderiam falar sobre o sagrado”(RAMOS, 1998, p. 125).

De forma geral, podemos dizer, concordando com a historiadora Afonsina Maria Augusto Moreira, que Gustavo Barroso, ao tratar da religiosidade sertaneja, abordou o tema seguindo a mesma direção que tomara para estudar o cangaço, sempre identificando o fenômeno enquanto mazela social, apontando para ela causas e soluções. Em *Almas de lama e aço*, livro de Barroso que analisa o perfil comportamental dos cangaceiros, termos como “sociedade rudimentar”, “retardada” “anarquia”, “misticismo”, “fanatismo” colocam Barroso ao lado de Lourenço Filho na teia discursiva que inventava um sertão cearense a partir dos paradigmas norteadores da civilização litorânea em Fortaleza:

Nessa sociedade rudimentar, retardada, o padre é, quase sempre, um centralizador de forças, de ideais, de inclinações [...]Num meio dominado pela anarchia, qualquer desses padres representa uma base, um poder central, uma influência até certo ponto moderadora, uma autoridade moral onde não há nenhuma. E, si fanatizam, si exploram, a culpa não cabe à população sertaneja, que carece de escolas, de hygiene, de água, de vias de comunicação; porem, aos governos estaduaes e ao seu supremo mentor – o governo geral ou federal. [...]

O que acontece hoje no Joaseiro do Padre Cícero, por exemplo, necessariamente se filia ao que, outrora, se passou nessas regiões centraes do Nordeste: - explosões de mysticismo, nucleos de fanatismo e geradores de ociosidades perniciosas e tarturfismos grosseiros, alguns dos quais se têm prolongado através da politicagem estadual até o ambiente de política federal(BARROSO, 1930, P.32-33).

NA SEDIÇÃO DE JUAZEIRO: RODOLFO TEÓFILO E UM SERTÃO “ANÁRQUICO”

Além da religiosidade popular do sertão, abordada tanto por Lourenço Filho quanto por Gustavo Barroso, outro tema recorrente em Fortaleza não foi esquecido pelo primeiro destes autores e, para lhe fazer companhia, trago-lhe

um outro escritor: Rodolfo Teófilo, o qual entre tantos livros escreveu *A Sedição de Juazeiro*.

Ocorrida em 1914 quando, dentro do contexto da política das salvação desenvolvida por Hermes da Fonseca, vários sertanejos, apoiados pelo governo federal e pelas facções políticas ligadas à oligarquia Acioli, se levantaram contra Franco Rabelo, governador estadual nomeado em 1912 tendo como Vice o Padre Cícero, a Sedição de Juazeiro estoura de fato quando o governador passa a perseguir seu vice, o padre que era também prefeito de Juazeiro, destituindo-o do cargo. A partir de então, o influente médico e político da cidade, Floro Bartolomeu, juntamente com seu amigo pessoal Padre Cícero, organiza um batalhão que defende a cidade dos ataques dos soldados do Governo estadual e marcha rumo à Fortaleza onde Rabelo, acuado, entrega o cargo assumido interinamente por outro governador nomeado pelo governo federal, Fernando Setembrino e posteriormente por Liberato Barroso, em eleições que confirmaram o vice-governo de Padre Cícero.

O episódio mereceu a atenção de escritores da capital. Estes acrescentavam novos elementos ao discurso que separava a cidade litorânea do distante sertão. Em meio ao que se noticiava a respeito de tal sedição, os escritos de Rodolfo Teófilo merecem destaque.

Farmacêutico e historiador das secas e epidemias do estado, Rodolfo Teófilo nasce em 1853 e, durante sua infância, adolescência e juventude teve sua vida profundamente marcada por epidemias como a do cólera e a da febre amarela, além da grande seca de 1877 que assolou o Estado do Ceará. Estas calamidades mancharam a alma de Rodolfo com óbitos familiares e fragilidades que nosso franzino personagem carregava no próprio corpo.

Ao retornar de Salvador, onde se formou em Farmácia em 1875, Teófilo inicia sua trajetória de labutas intelectuais e sanitárias em Fortaleza, onde vai pouco a pouco se transformando em uma personalidade da cidade. Muito do que foi alcançado para o avanço científico em Fortaleza na época, deveu-se à obstinação do farmacêutico que, além de criar fórmulas medicinais e de manipular vacinas e soros antiofídicos no combate a males até então irremediáveis, percorreu as mais distantes e dificultosas distâncias da cidade e dos municípios mais próximos, no lombo de seu cavalo branco (comprado para

essa finalidade), “forçando” a vacinação da população contra as epidemias da época.

Na literatura cearense, os escritos naturalistas de Rodolfo Teófilo ocupam lugar de destaque. Ao todo, foram 28 obras publicadas, abordando temas historiográficos, científicos, crônicas, críticas, contos, além de livros de expressão romântica e poética. Participa do grupo literário da Padaria Espiritual, que perde parte de sua irreverência com a chegada do aplicado e taciturno cientista. As influências positivistas e darwinistas observadas nas obras de Lourenço Filho e Gustavo Barroso, são facilmente percebidas nos escritos do sanitarista. De seu ex-professor Nina Rodrigues, Teófilo herdara o preconceito contra as classes mais baixas devido à influência do Darwinismo social, por isso, aprendera que o maior mal da sociedade brasileira seria a mestiçagem e a inferioridade de nosso povo se dera graças à presença do negro em nossa cultura.

O que acabo de chamar de “preconceito” dirigido às expressões religiosas e políticas dos populares sertanejos, já apontado em Lourenço Filho e Gustavo Barroso, é também encontrado no farmacêutico que retrata os romeiros de Padre Cícero envolvidos na sedição de Juazeiro como vândalos, e é por isso citado na obra de Lourenço Filho como apoio na construção discursiva do pedagogo.

Era preciso ser de todo empedernido pela prática de atos maus para provar o vandalismo dos romeiros do padre Cícero, que desceriam do sertão até a capital do estado, matando, roubando, incendiando, protegidos pelo presidente da República, ou, antes, por Pinheiro Machado (FILHO, 2002, p. 86).

A intriga política que explodiu em 1914 serviu de fonte para um discurso depreciativo acerca do sertão e de seus habitantes, que passavam a ser vistos também como baderneiros e até criminosos e, para Lourenço Filho, esses sertanejos não se tornavam vândalos por motivações políticas, era a alienação religiosa que lhes provocava esse tipo de comportamento. Em outro momento de seu livro o mesmo escreve que “os chefes dessa pretensa reivindicação nada mais faziam que explorar aquele fundo movediço e perigoso de superstição que empolgara o espírito de combatividade do caboclo...”

(FILHO, 2002, p.106). Portanto, era o “espírito místico dos caboclos” que possibilitava às lideranças políticas a exploração de sua força combativa.

Além da alienação religiosa, uma atmosfera de atraso envolveria o sertão cearense a ponto de um perigoso quadro de criminalidade poder se desenvolver naquela região, graças ao episódio da Sedição de Juazeiro. No livro *O Juazeiro de Padre Cícero*, A epígrafe que inaugura o décimo terceiro capítulo, o qual trata justamente do episódio sedicioso, atribui à cultura da região, tamanha criminalidade a respeito da qual os cidadãos de Fortaleza tomavam conhecimento:

As sociedades possuem os criminosos que merecem. O meio social é o caldo de cultura da criminalidade; o micróbio é o delinqüente, elemento que não tem importância senão quando encontra o ambiente favorável à sua cultura. (LACASSAGNE in LOURENÇO FILHO, 2002, p.113)

Somente uma região tão distante da civilização, da ciência e do progresso poderia fazer da política uma questão tão religiosa e mística, um assunto de fé em tempos republicanos e de separação entre Igreja e Estado. Ao tratar dos dois partidos rivais que se colocavam à época do levante em Juazeiro, Lourenço Filho destaca o interesse de ambos na situação dos fiéis, a qual deveria ser aproveitada politicamente, no momento em que os grupos políticos se achegassem ao Padre Cícero herdando sua massa de “fanáticos” com todo seu potencial político:

A maneira pela qual se tem conduzido ambos os grupos, demonstra-o de sobejo. Ambos têm cortejado, mais ou menos abertamente, as graças do temível Patriarca do Juazeiro. Ambos se têm submetido a ele, incondicionalmente. Ambos o têm reconhecido como soberano absoluto de uma vasta região do estado, talvez a mais rica de todo o Nordeste; ambos o têm sagrado como chefe de um “colégio eleitoral”, enorme, que é a mais afrontosa burla do sistema eleitoral dos nossos tempos[...](LOURENÇO FILHO, 2002, p.113)

Desse modo, o sertão do estado ia se configurando como uma região “anárquica”, atrasada, carente de instrução e alienada, na qual a massa de sertanejos se deixava facilmente envolver por políticos que se aproveitavam deste quadro e especialmente da religiosidade deste povo. No discurso de

Lourenço Filho, o ambiente que proporcionava a Sedição de Juazeiro e a atividade cangaceira no sertão era de caos e abandono. Estes fenômenos, por sua vez, alimentariam tal situação em uma espécie de círculo vicioso. Continuando o mesmo raciocínio, Rodolfo Teófilo entendia que os cangaceiros aprisionados durante o governo de Rabelo, mais tarde, libertos, tornariam-se a base dos “jagunços de Padre Cícero”. (TEÓFILO, 1922, p.29) e, no jornal Unitário, de oposição ao governo rabelista, os adversários do governador, apesar de saberem que o cangaceirismo havia sumido do interior do estado, procuravam afirmar o contrário.

A respeito do padre Cícero, Teófilo se refere como “dono e senhor de toda a zona do Cariri e zonas adjacentes” (ibd.,p.29), um “psicopata” que desde a época do seminário em Fortaleza havia se revelado um “doente”(ibd.,p.32) À cidade de Juazeiro, nosso autor se refere como “terra dominada pelo mais grosseiro fanatismo”, (ibd.,p.29) valhacouto de fanáticos e facínoras (ibd.,p.32). Aos que lutaram nas milícias de Juazeiro, e que foram chamados pelo jornal unitário de libertadores do ceará, Teófilo chamou de bandidos (ibd.,p.64).

Rodolfo Teófilo chega a citar Gustavo Barroso como um dos deputados que haviam conferenciado, no Rio de Janeiro, com o chefe do Partido Republicano Conservador (PRC) para a deposição de Franco Rabelo que, se não pudesse ser realizada pelos marretas da capital cearense, deveria iniciar por um movimento sedicioso a partir de Juazeiro, promovido por Padre Cícero. Gustavo Barroso teria sido o único a não aprovar a conflagração do Ceará. (ibd.,p33) Percebe-se aí o respeito ao “Dr.” Gustavo Barroso e a preocupação de Rodolfo Teófilo em não colocá-lo ao lado dos incendiários do estado. Estas atitudes de proteção, assim como as citações de Teófilo na obra de Lourenço Filho, revelam a existência de um relacionamento entre os três personagens, possível graças à aproximação de suas idéias que giravam na órbita de um mesmo campo discursivo.

A mesma “barbárie”, o mesmo “atraso”, a mesma “alienação” e o mesmo “misticismo” presente em Lourenço Filho e Gustavo Barroso, reaparecem na pena do farmacêutico que destilava cores rubras ao abordar os temas da religião e do cangaço no sertão. O padre, os devotos e os cangaceiros eram os elementos que, nos escritos de Rodolfo Teófilo, faziam de Juazeiro um cenário de fanatismo e “anarquia”.

Padre Cícero recebia diariamente gente armada daquelas cercanias... já não eram somente os romeiros os fanáticos que vinham defender o padre, porém, todos os cangaceiros, todos os malfeitores dos estados limítrofes. (TEÓFILO, 1922, p.45)

Os homens da milícia governista, vindos em sua maioria da região do Cariri, eram chamados por Teófilo de “gente supersticiosa e ignorante” que, por originarem-se daquele sertão que tinha o Padre Cícero por Santo, não poderia compor as forças legais e seriam incapazes de invadirem Juazeiro (ibde, p.46).

Em Fortaleza, o ambiente político durante o período da Sedição inflamara a população que, na defesa do governo do estado, destruiu a tipografia do Jornal Unitário e desenvolveu formas de humilhação aos marretas, no mínimo, dignas de nota indo desde as vaias até à introdução de dedo indicador no ânus dos mais exaltados marretas em plena praça do Ferreira (ibde, p.52). Muito embora nosso autor, que tinha por paradigma historiográfico a imparcialidade narrativa, própria dos seus pares discursivos, se colocasse claramente a favor do legalismo rabelista, ao narrar tais fatos critica o comportamento “selvagem” da população de Fortaleza atribuindo à falta de educação a responsabilidade por tais atos incompatíveis com a moral e a civilização. Para Teófilo, apesar de Fortaleza estar em marcha rumo à evolução, o comportamento popular indicava que ainda eram bárbaras as classes populares da cidade.

A malta de criminosos, em caminho praticava toda espécie de depredações, abrindo cadeias e soltando criminosos que a seu bando se incorporavam para juntos *pacificarem* o Ceará!... Era a este bando de ladrões e malfeitores, quase em sua totalidade de outros estados, especialmente da Paraíba, que o governo federal chamava de *revolucionários* e à sedição – *movimento político* (ibde, p.73,74).

Para Teófilo, a Sedição de Juazeiro foi claramente uma movimentação de bandidos a cometerem uma “orgia de crimes” (ibde, p.74) pelas cidades nas quais passavam em direção à Fortaleza. Este perfil dos participantes da Sedição, construído pelo autor, que durante o livro se diz apoiar-se em relatos de populares ou oficiais rabelistas de Fortaleza, foi notavelmente peculiar. Nos livros de História do Ceará, é mais comum que a massa revoltosa seja descrita

como composta pelo “povo romeiro de Juazeiro”, além de “populares da capital”. Marcelo Aires Camurça Lima, quando mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, afirmava que

A Sedição de Juazeiro não foi uma revolta de fanáticos e hereges, tampouco foi um autêntico movimento popular como o de Canudos. A guerra civil de 1914 em que o Ceará mergulhou, envolveu é certo o povo “romeiro” da comunidade de Juazeiro e as classes populares de Fortaleza, mas ambas sob a direção das facções políticas dominantes. A Sedição de Juazeiro foi a luta das oligarquias agrárias, dos “coronéis” aciologistas e do Partido Republicano Conservador (PRC), contra os comerciantes, coronéis dissidentes, “liberais” e classe média de Fortaleza onde, na briga do “rochedo contra a maré”, o povo de Juazeiro e Fortaleza sofreu como o marisco. (SOUZA, 1994, P.297)

NO CANGAÇO: O VIOLENTO SERTÃO BÁRBARO

Simultaneamente à fase de explosão religiosa em Juazeiro, o centro religioso do sertão cearense passava a ser visto também como um abrigo de cangaceiros, o que aumentava sua imagem de lugar distante da civilização moderna pela qual teria sido o litoral contemplado. No decorrer dos anos vinte, o bando de Lampião ampliava seu campo de atuação e seu número de adeptos, atingindo o sertão do Ceará e conquistando notoriedade em parte da imprensa da capital que fortalecia o discurso depreciativo acerca do sertão do estado, se aproveitando da presença do cangaço, para descrever aquela região como um lugar sem lei, violento e bárbaro. Em uma das páginas de seu livro, Lourenço Filho destaca um dos artigos que a imprensa fortalezense divulgava nesse sentido, do qual destacaremos pequeno trecho:

Os bandoleiros chegaram via Barbalha, acoitando-se nas imediações da fazenda do deputado Floro Bartolomeu, [...] o bando sinistro que se compõe de quarenta e nove homens e o famoso facínora, perfazendo um total de cinqüenta homens. [...]A realidade é que Lampião, homem fora da lei, perseguido pelas polícias dos estados do Nordeste, em nome da honra, da família e do sossego público, da propriedade privada e do direito de vida, enfim, dos princípios mais rudimentares da moral coletiva, estava no Juazeiro com a confiança de um

cidadão que nada deve à justiça e quase com honra de triunfador.⁷

A idéia de que um bando de cangaceiros como aquele pudesse gozar de hospedagem na casa de um cidadão comum era, no mínimo, excêntrica numa capital que se remodelava de acordo com os padrões de civilização e cultura européia. No mesmo sentido, parecia ser inadmissível para o Jornal em questão que um sacerdote católico pudesse cultivar qualquer tipo de relação com um cangaceiro. O mesmo periódico mandou perguntar ao padre Cícero Romão Batista por que não mandava repelir ou prender Lampião, pois que tinha a seu dispor oitocentos homens, armados e municados, do batalhão patriótico ao que ele respondeu textualmente:

“Não, meu amiguinho! Lampião procurou o Juazeiro com intuits patrióticos (sic!); ele pretende se alistar nas forças legais para dar combate aos revoltosos. Uma vez vitorioso, espera que o governo lhe perdoe os crimes. Este homem que veio ao Juazeiro, confiar em minha proteção, pretende se regenerar. Se não for possível alistá-lo nas forças legais, eu o encaminharei para Goiás, onde levará vida honesta, como já fiz com Sinhô Pereira e Luís Padre. Está mais ou menos demonstrado que os governos de Pernambuco e Paraíba não conseguirão prender Lampião, entregando seu bando à justiça. O povo é sempre prejudicado nestas coisas: é vítima de Lampião e muitas vezes da polícia também... Esse estado de coisas pode ser modificado facilmente: eu consigo que Lampião se vá embora para muito longe, e, assim, ficaremos livres deles. “Porém, mandar prendê-lo aqui em Juazeiro, nestas circunstâncias?! era um ato de revoltante traição, indigno de qualquer homem, quanto mais de um sacerdote católico. “Eu prevejo que muita gente agora e principalmente meus desafetos vão dizer que eu estou mancomunado com Lampião; mas, não é tal. Aqui no Juazeiro, eu recebo todas as pessoas que me procuram e fico satisfeito em prestar assistência a um transviado da sociedade procurando guiá-lo no bom caminho.

– Mas padre Cícero, o governo pode anistiar ou perdoar criminosos comuns?

– Pode, meu amiguinho, pode...”⁸

Na “civilização do litoral”, não havia leis alternativas, o código social era estrito e dizia respeito a tudo que circulasse o progresso, a ciência e à civilização. É notável que nesta matéria do jornal “Diário do Ceará”, o conteúdo

⁷ O Ceará, jornal diário de Fortaleza, In: FILHO, L., Id., p115

⁸ O Ceará, jornal diário de Fortaleza, In: FILHO, L., Id., p115

das críticas à suposta proteção de Padre Cícero a Lampião, se dêem em torno da situação de Juazeiro como um estado dentro do estado, um lugar que possuía suas próprias leis, desrespeitando a constituição nacional. Uma região dessas, de hábitos tão atrasados, inalcançada pela ciência, pelas novidades da vida moderna e agora pela jurisdição do próprio país precisava sofrer medidas federais para integrar-se à nação que tinha de ser construída rumo à civilização.

O sertão cearense, manchado de sangue pela atividade dos cangaceiros, era construído na pena de determinados autores e na tinta de alguns jornais como uma região sem lei e atrasada na “marcha da história” rumo ao desenvolvimento, ao progresso e à civilização.

Esse discurso que inventava um sertão bárbaro no interior do estado visava o empoderamento da região que, segundo as elites letradas e científicas do litoral, precisava se deixar conduzir pelo poder que emanava da capital moderna e civilizada que era Fortaleza. Este claro projeto de poder que construía o espaço sertanejo mediante as estratégias discursivas muito se assemelha ao processo de construção do Oriente pelo Ocidente trabalhado por Edward Said. Nossa suposição é que o conjunto de enunciados presentes nos discursos de Lourenço Filho, Gustavo Barroso e Rodolfo Teófilo, somados à parte da imprensa local, tenha inventado um sertão que representava a visão de mundo dos grupos sociais aos quais pertenciam os autores e jornalistas litorâneos que escreviam sobre o cangaço e sobre o fenômeno de Juazeiro.

No livro de Said, os discursos a respeito de uma dada espacialidade (o Oriente) representavam o conjunto de preceitos culturais, os quais formavam um corpo de idéias que passou a ser denominado de Orientalismo. Ao tentar explicá-lo, o autor diz que

É antes uma *distribuição* de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é uma elaboração não só de uma distribuição geográfica básica (o mundo é feito de duas metades: o Oriente e o Ocidente), como também de toda uma série de “interesses” que, através de meios como a descoberta, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas cria como mantém... é acima de tudo um discurso que não está, de maneira nenhuma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um

intercâmbio desigual com vários tipos de poder... com efeito, o meu verdadeiro argumento é que o orientalismo é – e não apenas representa – uma considerável dimensão da moderna cultura político-intelectual, e como tal tem menos a ver com o Oriente que com o “nosso mundo” (SAID, 1990, P.24)

A existência do Oriente no Ocidente seria resultado da labuta de uma cultura político-intelectual. O conjunto de textos produzidos no Ocidente sobre o Oriente faz parte desta missão política e intelectual, a qual construía o Oriente a partir dos pressupostos deste nicho da cultura ocidental, de suas necessidades políticas, de sua argumentação ideológica e, quando coloco que, no início do século XX, um conjunto de textos sobre o cangaço, sobre o fenômeno de Juazeiro e sobre a sedição política deste povoado interiorano estava sendo escrito na capital Fortaleza, quero dizer que os escritores destes textos guardavam com o lugar do qual escreviam uma relação de pertencimento que os levava a falar das coisas que aconteciam no sertão de maneira a fundar uma consciência geográfica ideológica na qual o estado do Ceará, pelo menos para dados habitantes de sua capital, se dividia em dois: o sertão e o litoral. Dividi-lo assim, confirmava para Fortaleza o lugar do moderno e criava um sertão que servisse de depósito a tudo que precisava ser rejeitado naquela cidade, em nome da modernidade.

Na invenção de espaços que estamos trabalhando, o sertão é algo que tem sentido espacial nas cidades, “tem menos haver com o Oriente que com o nosso mundo”, ou seja, nosso sertão é muito mais uma produção urbana que sertaneja, que não se conecta diretamente ao poder político institucional, mas se liga aos diversos tipos de desejos e poderes presentes no conjunto de textos que elaboram os discursos construtores do espaço.

No discurso cosmopolita sobre o sertão do Ceará, a estratégia adotada pelos poderes intelectuais da capital era a de desenhar uma região violenta, carente, alienada e bárbara que se regia por suas próprias leis, por isso pesava sobre o poder político do Estado as acusações de descaso, amplamente transmitidas pela imprensa da capital, especialmente nas notícias que veiculava sobre o cangaço. No mesmo ano do lançamento do Livro de Lourenço Filho, este jornal de Fortaleza apresentava dessa maneira a situação de Juazeiro:

“Bandido Lampeão volta ao seu coito em Joazeiro
Como tolera o governo tamanha afronta a sua autoridade?”

Barbalha, 9 – Ontem, às 11 horas, passou por esta cidade o célebre chefe de bandidos Lampeão, acompanhado de dez malfeitores do seu grupo, todos bem armados. Presentemente deve achar-se em Joazeiro, para onde se destinava.
Reina terror nesta cidade, inteiramente indefesa.⁹

Amiúde, as notícias acerca das agitações provocadas por cangaceiros no sertão do Ceará se acompanhavam da crítica ao descaso das autoridades, que precisavam “domar” a besta-fera sertão, aplicando a este as doses necessárias de governo e civilização, nisso consistia o projeto de poder que, se apossando de uma cultura política e intelectual afinada com o moderno e com a plenitude dos tempos, legitimaria a imposição dos valores litorâneos às regiões mais “distantes no tempo” e “atrasadas no espaço”.

Era o litoral, portanto, a cultura civilizada moderna e urbana, que deveria dar sentido ao espaço sertanejo no Ceará. Na capital do estado, a espacialidade sertaneja contrastava cada vez mais com os hábitos cosmopolitas de uma cidade em plena *belle époque*, a importar costumes que geravam nos cidadãos privilegiados a sensação de ordem, sentimento oposto ao que se construía para o sertão do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos movimentam a história, atravessam e são atravessados pelo tempo, criam significados para acontecimentos que conquistam novos sentidos, cristalizam conceitos, pré-conceitos, estereótipos, ordenando o mundo com suas coisas, com seus espaços. Compreender o poder e a maneira de atuação do discurso é pensar, também, a construção do próprio sentido. O que existe está à espera de um sentido, o qual faz daquilo que existe algo existente, e isso só é possível através da linguagem, é ela que faz nascer a vida fecundada e o próprio espaço.

⁹ O NORDESTE, 12 de Abril de 1926.

O sertão do Ceará, a partir de um discurso cosmopolita, moderno e litorâneo, adquiriu um novo sentido a partir do início do século XX. Os enunciados, que não se encerravam nas circunstâncias que os produziam, mas que se desdobravam em outros, no fluxo da história, se constituíam enquanto núcleo de um discurso, o qual criava uma nova memória, a partir de uma ruptura com uma Fortaleza velha. No rastreamento de dizeres como “alienados”, “místicos”, “atrasados”, “bárbaros” ou “anárquicos” revela-se a significação do sem sentido em sentido, percebendo-se o desenvolvimento da ideologia do “ser moderno e litorâneo”, em um imaginário composto por discursos, são eles que criam uma região de sentidos, na qual se desenvolve o processo de identificação de uma cultura, de um país ou de uma região.

O conjunto de textos composto por matérias dos jornais de Fortaleza e livros de autores como Lourenço Filho, Gustavo Barroso e Rodolfo Teófilo indicam a existência de uma cultura política e intelectual que, a partir de pressupostos da cidade moderna, enxergava o sertão, sua religião, seus fenômenos políticos e sociais inventando na capital e para ela um espaço outro que viesse a confirmar os valores cosmopolitas como vitoriosos, coerentes e acertados em detrimento de seus contrapontos. Dessa maneira, o sertão que chegava à capital pela pena destes homens, acrescentava a um imaginário pré-existente novos enunciados e novas imagens, os quais faziam sentido em uma urbe cada vez mais moderna.

O sertão cearense existe, para cada um de nós, através de tudo o que lemos ou ouvimos falar ao seu respeito e, neste trabalho, estamos percebendo um dos momentos de produção do sertão nordestino dentro de uma discussão sobre a relação entre a história e a produção dos espaços para, dessa maneira, sabermos que os lugares nos quais os homens se relacionam se desenham de acordo com suas falas, suas ideologias, seus desejos de possuírem ou de se expandirem política ou culturalmente. É assim que o sertão “distante e atrasado”, do início do século XX, aparece como um espaço construído. No fluxo de nossa narrativa, um carrossel de palavras e sentidos não vai parar de girar e, neste movimento circular, cirandam lutas, discursos, construções, tempos, processos, significados, alteridades, ideologias, invenções, histórias, espaços, geografias...

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*. Bauru, EDUSC, 2000, p.13.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado, Ed.3, Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1982. P.4-12, 244.

MONARCHA, Carlos e FILHO, Ruy Lourenço “*Por Lourenço Filho: Uma biobibliografia*”. Brasília, Inep/Mec, 2001. P. 23-48.

MOREIRA. Afonsina Maria Augusto. Terra de Sol: Entre Deus e o Diabo. *Trajeto Revista de História da UFC*. Fortaleza: Dossiê Religiosidade, vl.4, nº8. p. 185-191, 2006

PONTE, Sebastião R. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Ed. 2 , Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 1999, p.13-20.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O Verbo Encantado: a construção do padre Cícero no imaginário dos devotos*.ed. Unijuí, 1998, 125.

SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.24.

SILVA, Benedito. *Rodolfo Teófilo*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003, p.7-22, 62-97.

FONTES

Barroso. Gustavo, **Heróis e bandidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917
_____. **Terra de Sol**. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã editor, 1912

FILHO, Lourenço. O Juazeiro do Padre Cícero. Brasília, INEP/MEC, Ed. 4. 1926.

TEÓPHILO. Rodolfo. **A Sedição de Juaseiro**. SP, 1922

Como citar este artigo

MOREIRA, Harley Abrantes. A reinvenção do Sertão do Ceará por uma Fortaleza nova. **Rev. Espacialidades** [online]. 2008, vol. 1, no. 0, 28p.